

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

The logo for the Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) is centered in a large green arrow shape. It features the acronym "CFFC" in bold green letters on a white background, with a blue horizontal bar at the bottom. Above the text is a decorative pattern of green triangles.

**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
FINANCEIRA E CONTROLE**

Sumário

1	Composição	5
2	Apresentação	8
3	Atribuições - PAFC	9
4	Proposições Apreciadas	10
5	Audiências Públicas	25
6	Visitas Técnicas	32
7	Reuniões de Trabalho	36
8	Emendas ao Orçamento	38
9	Prêmio Transparência	39
10	Equipe CFFC	40

CÂMARA DOS DEPUTADOS

56ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa

Presidente Rodrigo Maia
1º Vice-Presidente Marcos Pereira
2º Vice-Presidente Luciano Bivar

1ª Secretária Soraya Santos
2º Secretário Mário Heringer
3º Secretário Fábio Faria
4º Secretário André Fufuca

Suplentes:

1º Suplente Rafael Motta
2ª Suplente Geovania de Sá
3º Suplente Isnaldo Bulhões Jr.
4º Suplente Assis Carvalho

Secretário-geral da Mesa
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Diretor-Geral
Sergio Sampaio Contreiras de Almeida

Diretor Legislativo
Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

Diretor do Departamento de Comissões
Wagner Soares Padilha

Composição da Comissão

Presidente: [Léo Motta](#) (PSL/MG)
 1º Vice-Presidente: [Márcio Labre](#) (PSL/RJ)

Titulares



[Aluisio Mendes](#)
PSC/MA (Gab. 931-IV)



[Carlos Jordy](#)
PSL/RJ (Gab. 383-III)



[Fernando Rodolfo](#)
PL/PE (Gab. 481-III)



[Gilberto Abramo](#)
REPUBLICANOS/MG (Gab. 601-IV)



[Gustinho Ribeiro](#)
SOLIDARIEDADE/SE (Gab. 379-III)



[Hugo Motta](#)
REPUBLICANOS/PB (Gab. 237-IV)



[Juninho do Pneu](#)
DEM/RJ (Gab. 641-IV)



[Léo Motta](#)
PSL/MG (Gab. 724-IV)



[Marcel Van Hattem](#)
NOVO/RS (Gab. 271-III)



[Márcio Labre](#)
PSL/RJ (Gab. 325-IV)



[Ricardo Barros](#)
PP/PR (Gab. 412-IV)



Vinicius Gurgel (*)
PL/AP

Suplentes



[Adriano do Baldy](#)
PP/GO (Gab. 419-IV)



[André Janones](#)
AVANTE/MG (Gab. 580-III)



[Átila Lins](#)
PP/AM (Gab. 730-IV)



[Edilázio Júnior](#)
PSD/MA (Gab. 862-IV)



[Edio Lopes](#)
PL/RR (Gab. 408-IV)



[Eduardo Braide](#)
PODE/MA (Gab. 578-II)



[Elias Vaz](#)
PSB/GO (Gab. 303-IV)



[Felício Laterça](#)
PSL/RJ (Gab. 275-III)



[Hildo Rocha](#)
MDB/MA (Gab. 734-IV)



[João Carlos Bacelar](#)
PL/BA (Gab. 928-IV)



[Jorge Solla](#)
PT/BA (Gab. 571-III)



[José Nelto](#)
PODE/GO (Gab. 703-IV)



[Júnior Bozzella](#)
PSL/SP (Gab. 582-III)



[Júnior Mano](#)
PL/CE (Gab. 807-IV)



[Márcio Jerry](#)
PCdoB/MA (Gab. 372-III)

Suplentes



[Nivaldo Albuquerque](#)
PTB/AL (Gab. 425-IV)



[Padre João](#)
PT/MG (Gab. 743-IV)



[Pedro Paulo](#)
DEM/RJ (Gab. 727-IV)



[Silvia Cristina](#)
PDT/RO (Gab. 524-IV)



[Silvio Costa Filho](#)
REPUBLICANOS/PE (Gab. 402-IV)



[Wilson Santiago](#)
PTB/PB (Gab. 534-IV)

Apresentação

2019 foi um ano marcado por transformações políticas e sociais, advindas das manifestações populares ocorridas nos últimos anos no Brasil. Um ano marcado pelo início de um novo mandato presidencial, e com forte renovação dos agentes políticos no país, em especial, na Câmara dos Deputados.

Destaca-se que as manifestações sociais que deram início a este processo de transformação política tiveram como principais causas a malversação dos recursos públicos pelos agentes políticos durante a última década e a ineficiência das políticas públicas, que levaram o país a enfrentar uma crise institucional e financeira sem precedentes em nossa história.

Neste cenário, e dando continuidade às atividades já desenvolvidas pelos parlamentares que antecederam nesta comissão, assumimos os trabalhos, com objetivo de contribuir com os anseios sociais por maior transparência e eficiência nas políticas e gastos públicos.



Importante destacar que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC foi instituída pela norma contida no art. 70 da Constituição Federal para realizar a fiscalização financeira, contábil, orçamentária e patrimonial dos recursos públicos federais, contando com apoio do Tribunal de Contas da União - TCU.

A utilização de recursos públicos, por quaisquer órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, ou mesmo por particulares, é passível de fiscalização pela CFFC.

Assim, os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2019 foram realizados com foco na efetividade das ações da comissão, através de reuniões deliberativas, audiências públicas e visitas técnicas.

Destacamos também as diversas reuniões de trabalho realizadas por esta presidência com agentes públicos e prestadores de serviços, para cobrança de efetividade e de entrega dos benefícios sociais previstos para a população.

O Plano Anual de Fiscalização e Controle – PAFC foi instrumento balizador dos trabalhos da comissão, consubstanciado no Relatório Anual de Fiscalização e Controle - RAFC, instrumento de acompanhamento das ações propostas; sempre com o apoio do Tribunal de Contas da União -TCU.

Destacamos ainda a entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2019, que teve como objetivo premiar e promover aqueles que contribuem de forma ativa no aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, fiscalização e controle dos gastos públicos em todo país. Os escolhidos pela comissão no ano foram o Sr. Weber Dias Oliveira, Controlador-Geral do Município de Contagem/MG, na Categoria Governamental; e, ainda, a ONG Transparência Brasil e o Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe, ex-Governador do Amapá, ambos pela Categoria Sociedade Civil. Todos os premiados se caracterizam por seu trabalho exemplar na área de fiscalização da gestão pública e também pela inovação nas ações desenvolvidas.

Por fim, para o futuro da CFFC, impõe-se a manutenção das diretrizes traçadas, para que o colegiado possa, cada vez mais, exercer sua missão fiscalizadora na busca por maior eficiência na gestão e nos gastos públicos.

A interação das melhores iniciativas da sociedade civil e do Estado deve ser incentivada para garantir a construção do Brasil que todos os nossos cidadãos querem e merecem.

Deputado Léo Motta – PSL/MG

Atribuições

Entre as competências das vinte e cinco Comissões Permanentes instituídas na Câmara dos Deputados, destaca-se o papel de fiscais da gestão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União, e também das entidades da administração direta e indireta, realizado de forma conjunta com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) – conforme art. 24, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Essa fiscalização se dá sempre no âmbito de pertinência temática afeto a cada comissão.



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), entretanto, possui competência fiscalizatória mais ampla e independente de pertinência temática, tendo sido instituída a partir da aprovação da Resolução nº 77/1995, de forma a dedicar-se mais efetivamente ao relacionamento com o Tribunal de Contas da União (TCU) e à fiscalização da Administração Pública, visto que os trabalhos das demais comissões permanentes, tipicamente, não se concentram na deliberação de Propostas de Fiscalização e Controle (PFC). Em sua atuação, a CFFC ainda dispõe de outros meios que reforçam o caráter fiscalizatório da comissão: os Requerimentos de Informação, os de Auditoria, as Audiências Públicas, as Visitas Técnicas e as Representações. Diante de indícios de irregularidades, a Comissão vale-se desses instrumentos para realizar auditorias, diligências, requisitar relatórios, balanços e informações sobre contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da Administração Federal.

A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) é um eficiente meio de fiscalização colocado a serviço da CFFC e é também utilizada, em pequena escala, pelas demais Comissões técnicas da Câmara dos Deputados (art. 61, do RICD). Pode ser apresentada por qualquer deputado à Comissão e o requisito preliminar para sua apresentação é a indicação de fato determinado a ser fiscalizado e a justificativa para providência solicitada. Caso aprovado o parecer pela implementação da medida, é expedido ofício ao TCU, o órgão auxiliar de controle, que irá proceder às providências cabíveis quanto ao objeto fiscalizado. As PFCs podem ser também oriundas de denúncias apresentadas pelos cidadãos, sendo apresentadas pelo processo legislativo ordinário.

Além dos instrumentos fiscalizatórios tradicionais, ressaltamos o Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC), instrumento de planejamento de atuação da CFFC executado desde o ano de 2018, e elaborado nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com base em critérios técnicos, com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Ele tem por objetivo selecionar programas e ações do governo federal que serão objeto de instrumentos legislativos de fiscalização ao longo de uma Sessão Legislativa.

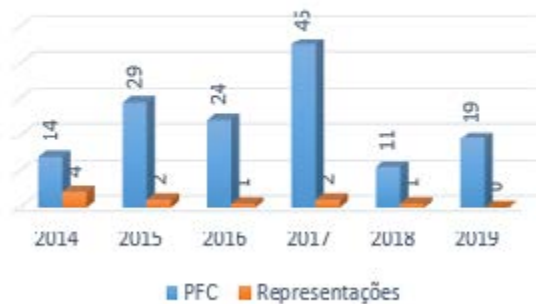
O PAFC 2019 aprovou 3 Requerimentos de Auditorias, com auxílio do TCU, nas áreas de Infraestrutura (Concessão de Rodovias Federais) e Educação (FUNDEB); duas (02) visitas técnicas em obras de Rodovias (BR 116/BA e BR 381/MG); e quatro (04) Audiências Públicas nas áreas de infraestrutura (Ferrovia Transnordestina, Concessões Rodoviárias), saúde (Bio Manguinhos), e segurança (Fundo Penitenciário Federal).

Proposições apreciadas

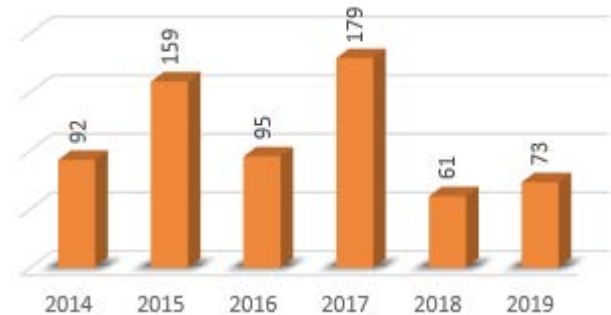
CFFC em números

Propostas de Fiscalização e Controle, Representações e Requerimentos deliberados entre 2014 e 2019

PFCs e Representações



Requerimentos



Reuniões Deliberativas e Audiências Públicas realizadas entre 2014 e 2019

Reuniões Deliberativas



Audiências Públicas



Requerimentos apreciados

- REQ-1/2019** HILDO ROCHA - Requer que seja convidado o Presidente da Confederação nacional da Indústria (CNI), Senhor Robson Andrade para esclarecimento acerca dos desdobramentos da Operação Fantoche.
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-2/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-3/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidada a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-4/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-5/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-6/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Economia, Paulo Guedes, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-7/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-8/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Saúde, Luiz Mandetta, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-9/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.

- REQ-10/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro de Minas e Energia, Bento Costa Lima, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-11/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-12/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-13/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-14/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-15/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-16/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidada a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para, em reunião de audiência pública, expor a esse colegiado as principais ações da Pasta
Aprovado em 20/03/19.
- REQ-18/2019** ELIAS VAZ - Requer Audiência Pública para tratar do leilão da Ferrovia Norte-Sul
Aprovado em 27/03/19.
- REQ-17/2019** RICARDO BARROS - Requer a realização de Audiência Pública para discutir ações e projetos de informatização e integração de sistemas dos serviços de saúde no Brasil.
Aprovado em 10/04/19.
- REQ-19/2019** SILVIO COSTA FILHO - Solicita o convite ao Secretário Especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, para debater o Plano de Governo para concessões, privatizações e parcerias público-privadas.
Aprovado em 10/04/19.

- REQ-21/2019** SILVIA CRISTINA - Requer, ouvido o plenário dessa Comissão, a realização de Auditoria nas Centrais Elétricas de Rondônia - CERON nos últimos 05 anos que antecederam o processo de desestatização promovido pelo BNDES e no respectivo processo de privatização.
Aprovado em 10/04/19.
- REQ-22/2019** MÁRCIO LABRE - Requer que seja convidada a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sr^a Damares Alves, para expor a esta Comissão sobre o noticiado por ela no Portal R7, no dia 20 de março de 2019, a cerca da compra de um HD externo no valor de 7 milhões de reais para a comissão de anistia
Aprovado em 10/04/19.
- REQ-24/2019** GILBERTO ABRAMO - Requeiro, nos termos do art. 117, VIII, do Regimento Interno, que seja convidado o ministro de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, o ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, e o Presidente da Petrobrás, Sr. Roberto Castello Branco, para discutir a política de preços para o Diesel.
Aprovado em 10/04/19.
- REQ-26/2019** PADRE JOÃO - Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação da BR 040, no trecho em Brasília e Juiz de Fora, cujo contrato de concessão pertence a Via 040, do Grupo INVEPAR.
Aprovado em 29/05/19.
- REQ-31/2019** ELIAS VAZ - Requer a realização de Audiência Pública para tratar do desempenho da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A - CONCEBRA e os desdobramentos da Operação Infinita Highway, deflagrada pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal.
Aprovado em 29/05/19.
- REQ-32/2019** RICARDO BARROS - Requer a realização de Audiência Pública para discutir a contribuição da Procuradoria Geral da República - PGR no combate à corrupção no Brasil.
Aprovado em 29/05/19.
- REQ-35/2019** JORGE SOLLA - Requer a realização de audiência pública para discutir vendas de refinarias da Petrobras.
Aprovado em 29/05/19.
- REQ-36/2019** JORGE SOLLA - Requer a realização de audiência pública para discutir orçamento do IBGE e Censo 2020.
Aprovado em 29/05/19.
- REQ-37/2019** JORGE SOLLA - Requer a realização de audiência pública para discutir o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), na Bahia e Sergipe.
Aprovado em 29/05/19.

- REQ-39/2019** HILDO ROCHA - Sejam solicitadas ao Ministro da Educação acerca do bloqueio de R\$ 2,4 bilhões do orçamento da educação básica.
Aprovado em 29/05/19.
- REQ-20/2019** LÉO MOTTA - Requer seja convidado o Sr. Odenir José Sanches, Diretor Presidente da CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A (CONCEBRA) para, em reunião de audiência pública, esclarecer a este colegiado as razões das inexecuções contratuais concernentes à rodovia BR-060/153/262/DF/GO/MG, bem como expor o suposto prenúncio de insolvência da empresa e, oportunizar igualmente, que sejam convidados o Sr. Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da ANTT, a Sra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República, o Sr. José Mucio Monteiro, Presidente do TCU, o Sr. Marcelo Alcides dos Santos, Gerente de Fiscalização e Controle Operacional de Rodovias da ANTT, o Sr. Euzebio Lago, Prefeito do Município de Nova Serrana, MG e o Sr. Paulo Piau, Prefeito do Município de Uberaba, MG.
Aprovado em 05/06/19.
- REQ-28/2019** EDILÁZIO JÚNIOR - Requer a realização de Visita Técnica, seguida de mesa redonda, no Estado do Maranhão, na cidade de São Luís, com o objetivo de vistoriar o Porto de Itaqui e discutir as possíveis ilegalidades ou irregularidades.
Aprovado em 05/06/19.
- REQ-29/2019** HUGO MOTTA - Requer que sejam convidados o Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sr. Sergio Moro e o Ministro da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta para em reunião de audiência pública, debaterem sobre a Portaria 263/2019 que estuda a redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.
Aprovado em 05/06/19.
- REQ-47/2019** GILBERTO ABRAMO - Requer, nos termos do art. 117, VIII, do Regimento Interno, que seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa e o Sr. Bruno Pessanha Negrís, Diretor da CONFAZ, para discutir a política de preços do Diesel.
Aprovado em 05/06/19.
- REQ-51/2019** SILVIO COSTA FILHO - Solicita o convite ao Ministro do Desenvolvimento Regional, para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).
Aprovado em 05/06/19.

- REQ-38/2019** FERNANDO RODOLFO - Requer seja convidado o Sr. Francisco de Assis Costa Filho (ex-Secretário Nacional de Juventude), Sr. Rodrigo Sérgio Dias (ex-Presidente da FUNASA), Sr. Fernando Dinoá Medeiros Filho (ex-Diretor Presidente da CODERN), Sr. Tarcísio Tomazoni (ex-Diretor Presidente da CDRJ), Sr. Júlio Werner Silva Cajueiro (representante legal da Empresa LINKCON LTDA-EPP), Sra. Paloma Carreras Branco (procuradora da Empresa LINKCON LTDA-EPP), a fim de prestar esclarecimentos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC sobre os contratos da Empresa LINKCON LTDA-EPP, com registro de sede no endereço de um salão de beleza no Município de Jupi (PE) com o Governo Federal.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-42/2019** ELIAS VAZ - Requer Audiência Pública para tratar do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-49/2019** MÁRCIO LABRE - Requer a aprovação de visita técnica de membros dessa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para que os parlamentares possam participar de visita técnica a ser realizada no prédio em construção do Memorial da Anistia Política do Brasil, localizado em Belo Horizonte, juntamente com a Ministra Damares Alves.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-63/2019** LÉO MOTTA - Requer a aprovação do Plano Anual de Fiscalização e Controle - PAFC 2019, instituído por meio da Resolução da Câmara dos Deputados nº 25/2017.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-64/2019** LÉO MOTTA - Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do TCU, nos termos do PAFC 2019, com o objetivo de auditar a execução de obras previstas nos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-65/2019** LÉO MOTTA - Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do TCU, nos termos do PAFC 2019, com o objetivo de auditar os processos de revisão tarifária dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-66/2019** LÉO MOTTA - Requer Audiência Pública, nos termos do PAFC 2019, com as presenças dos senhores Antonio Leite dos Santos Filho, Diretor Geral do DNIT; Mário Rodrigues Júnior, Diretor Geral da ANTT; Paulo Roberto Weichers Martins, Secretário Geral de Controle Externo do TCU; e César Augusto Rabello Borges, Diretor Executivo da ABCR, para debater a situação das concessões rodoviárias no país.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-67/2019** LÉO MOTTA - Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do TCU, nos termos do PAFC 2019, com o objetivo de auditar a equidade da oferta, qualidade e transparência no uso dos recursos da educação básica, bem como os mecanismos de financiamento da educação pública relacionados.
Aprovado em 10/07/19.

- REQ-68/2019** LÉO MOTTA - Requer Audiência Pública, nos termos do PAFC 2019, com as presenças dos senhores Antonio Leite dos Santos Filho, Diretor Geral do DNIT; Mário Rodrigues Júnior, Diretor Geral da ANTT; Paulo Roberto Weichers Martins, Secretário Geral de Controle Externo do TCU; Marcelo Sampaio, Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, e Jorge Mello, Diretor Presidente da FTL, para debater a situação das obras de implantação da Ferrovia Transnordestina.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-69/2019** LÉO MOTTA - Requer Audiência Pública, nos termos do PAFC 2019, com as presenças da senhora Nísia Trindade Lima, Presidente Fiocruz; e dos senhores Maurício Zuma Medeiros, Diretor de Biomanguinhos; Paulo Roberto Weichers Martins, Secretário Geral de Controle Externo do TCU; Willian Dib, Diretor Presidente da ANVISA, e Denizar Vianna Araújo, Secretário da Diretoria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, para debater o aporte orçamentário federal e as ações do gestor no Novo Centro de Processamento de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-70/2019** LÉO MOTTA - Requer a realização de Visita Técnica, nos termos do PAFC 2019, com o objetivo de verificar o estado das obras no lote 5 da rodovia BR 116/BA (quilômetros 334,23 a 387,41 - próximo a Feira de Santana/BA).
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-71/2019** LÉO MOTTA - Requer a realização de Visita Técnica, nos termos do PAFC 2019, com o objetivo de verificar o estado das obras na BR 381/MG, no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-72/2019** LÉO MOTTA - Requer a realização de Audiência pública, nos termos do PAFC 2019, com a participação dos senhores Fernando Bordignon, Diretor do DEPEN; Guilherme Theophilo, Diretor da SENASP; Paulo Roberto Weichers Martins, Secretário Geral de Controle Externo do TCU, e Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do FBSP para debater a efetividade das transferências do Fundo Penitenciário Federal e a melhoria do sistema prisional brasileiro.
Aprovado em 10/07/19.
- REQ-48/2019** RICARDO BARROS - Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Regulamentação de Autorização e Instalação de Lojas Francas em municípios de Faixa de Fronteira.
Aprovado em 21/08/19.
- REQ-73/2019** LÉO MOTTA - Requer a realização de Visita Técnica com o objetivo de verificar a retomada das obras da ferrovia Transnordestina por parte da concessionária Ferrovia Transnordestina Logística SA - FTL.
Aprovado em 21/08/19.

- REQ-77/2019** SILVIO COSTA FILHO - Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública desta Comissão, que irá debater sobre a Portaria 263/2019 que estuda a redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.
Aprovado em 21/08/19.
- REQ-75/2019** MÁRCIO LABRE - Requer seja convidada a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para discorrer sobre os trabalhos de identificação das ossadas de Perus, especialmente sobre os gastos realizados até o momento.
Aprovado em 04/09/19.
- REQ-76/2019** MÁRCIO LABRE - Requerimento de Audiência Pública para tratar dos pedidos de anistia de cabos da Força Aérea Brasileira - FAB e das indenizações pagas aos anistiados.
Aprovado em 04/09/19.
- REQ-81/2019** FERNANDO RODOLFO - Requer sejam convidados os Senhores Sérgio Pedro Gammaro Junior e Sérgio Deletieri, sócios ocultos da Empresa LINKCON LTDA-EPP, a fim de prestarem esclarecimentos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC sobre os contratos da Empresa LINKCON LTDA-EPP, com registro de sede no endereço de um salão de beleza no Município de Jupi (PE) com o Governo Federal.
Aprovado em 04/09/19.
- REQ-79/2019** SILVIA CRISTINA - Requer, ouvido o plenário dessa Comissão a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a situação das obras do “Programa Minha Casa Minha Vida no estado de Rondônia e em especial os empreendimentos Rondon I e Morar Melhor, contratadas no município e Ji-Paraná, estado de Rondônia”.
Aprovado em 11/09/19.
- REQ-92/2019** GILBERTO ABRAMO - Requer, nos termos do art. 117, VIII, do Regimento Interno, que seja convidado Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Representante do Tribunal de Contas da União (TCU), para discutir a fiscalização na qualidade dos serviços das empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular.
Aprovado em 11/09/19.
- REQ-86/2019** PADRE JOÃO - Requer seja encaminhado ofício à ANTT, para fins de retificação do Aviso de Audiência Pública Nº10/20019, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de julho de 2019 e inclusão de audiências públicas nas cidades de João Monlevade, para ouvir os interessados dos Municípios do Médio Piracicaba, e em Ipatinga para ouvir os interessados dos Municípios do Vale do Aço, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade para Concessão da Rodovia BR-262/381/MG/ES
Aprovado em 18/09/19.

- REQ-87/2019** PADRE JOÃO - Requer a realização de visita técnica e realização de reunião Pública para debater a situação das obras de duplicação, de concessão e acidentes da BR-262/381/MG/ES;
Aprovado em 18/09/19.
- REQ-94/2019** PADRE JOÃO - Requer a realização de Audiência Pública para para discutir as consequências da rescisão do contrato e relicitação da BR 040, no trecho em Brasília e Juiz de Fora, cujo contrato de concessão pertence a Via 040, do Grupo INVEPAR.
Aprovado em 25/09/19.
- REQ-96/2019** LÉO MOTTA - Solicita impressão do Relatório de Atividades do primeiro semestre da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC.
Aprovado em 25/09/19.
- REQ-97/2019** FERNANDO RODOLFO - Trata-se de pedido de reexame em razão do proferido no Acórdão 1690/2019 - Plenário, de relatoria do Min. Augusto Nardes que acolheu parcialmente ao pedido formulado no âmbito da PFC - 181 (processo número 014.413/2019-1)
Aprovado em 09/10/19.
- REQ-99/2019** LÉO MOTTA - Solicita realização de audiência pública, com a participação do Senhor Diretor Geral do DNIT - Antônio Leite dos Santos Filho - e do Ministro da Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas - acerca das obras de duplicação da BR 101 em Sergipe, trecho de 0 a 40km.
Aprovado em 16/10/19.
- REQ-101/2019** JORGE SOLLA - Requer a realização de audiência pública para discutir a mudança regulatória proposta pela ANEEL na produção de energia solar e eólica (REN 482/2012).
Aprovado em 30/10/19.
- REQ-103/2019** LÉO MOTTA - Requer Audiência Pública para debater a situação da contaminação por óleo no litoral nordestino.
Aprovado em 30/10/19.
- REQ-104/2019** PADRE JOÃO - Requer a realização de Audiência Pública para discutir sonegação de tributos por empresas de mineração
Aprovado em 30/10/19.
- REQ-52/2019** MÁRCIO LABRE - Solicita depoimento, por escrito, ao Presidente da CUT.
Rejeitado em 05/06/19.
- REQ-53/2019** MÁRCIO LABRE - Solicita depoimento, por escrito, ao Presidente da CGTB
Rejeitado em 05/06/19.
- REQ-54/2019** MÁRCIO LABRE - Solicita depoimento, por escrito, ao Presidente da UGT.
Rejeitado em 05/06/19.

- REQ-55/2019** MÁRCIO LABRE - Solicita depoimento, por escrito, ao Presidente da FS.
Rejeitado em 05/06/19.
- REQ-56/2019** MÁRCIO LABRE - Solicita depoimento, por escrito, ao Presidente da NCST
Rejeitado em 05/06/19.
- REQ-58/2019** MÁRCIO LABRE - Solicita depoimento, por escrito, ao Presidente da CTB.
Rejeitado em 05/06/19.
- REQ-29/2019** HUGO MOTTA - Requer que sejam convidados o Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sr. Sergio Moro e o Ministro da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta para em reunião de audiência pública, debaterem sobre a Portaria 263/2019 que estuda a redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.
Retirado em 29/05/19.
- REQ-47/2019** GILBERTO ABRAMO - Requer, nos termos do art. 117, VIII, do Regimento Interno, que seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa e o Sr. Bruno Pessanha Negrís, Diretor da CONFAZ, para discutir a política de preços do Diesel.
Retirado em 29/05/19.
- REQ-59/2019** GUSTINHO RIBEIRO - Solicita informações, por escrito, ao Senhor Diretor Geral do DNIT - Antônio Leite dos Santos Filho - e ao Ministro da Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas - acerca das obras de duplicação da BR 101 em Sergipe.
Retirado em 10/07/19.
- REQ-74/2019** PADRE JOÃO - Requer a realização o aditamento do Requerimento 26/2019/CFFC para inclusão de representante da Polícia Rodoviária Federal na Audiência Pública para debater a situação da BR 040, no trecho em Brasília e Juiz de Fora, cujo contrato de concessão pertence a Via 040, do Grupo INVEPAR.
Retirado em 10/07/19.
- REQ-77/2019** SILVIO COSTA FILHO - Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública desta Comissão, que irá debater sobre a Portaria 263/2019 que estuda a redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.
Retirado em 10/07/19.
- REQ-59/2019** GUSTINHO RIBEIRO - Solicita informações, por escrito, ao Senhor Diretor Geral do DNIT - Antônio Leite dos Santos Filho - e ao Ministro da Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas - acerca das obras de duplicação da BR 101 em Sergipe.
Retirado em 21/08/19.
- REQ-59/2019** GUSTINHO RIBEIRO - Solicita informações, por escrito, ao Senhor Diretor Geral do DNIT - Antônio Leite dos Santos Filho - e ao Ministro da Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas - acerca das obras de duplicação da BR 101 em Sergipe.
Retirado em 02/10/19.

REQ-97/2019

FERNANDO RODOLFO - Trata-se de pedido de reexame em razão do proferido no Acórdão 1690/2019 - Plenário, de relatoria do Min. Augusto Nardes que acolheu parcialmente ao pedido formulado no âmbito da PFC - 181 (processo número 014.413/2019-1)

Retirado em 02/10/19.

Propostas de Fiscalização e Controle Apreciadas

Aprovado Relatório Prévio:

PFC-164/2018 **Do Sr. HILDO ROCHA** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle sobre todo o processo de pagamento e controle de recursos públicos federais dispendidos no Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (Seguro-Defeso), pelo Governo Federal, no Estado do Maranhão, desde 2015 até a presente data.

Relator: Deputado **CARLOS JORDY**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

PFC-180/2018 **Do Sr. ROBERTO DE LUCENA** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre o planejamento multimodal da infraestrutura de transportes.

Relator: Deputado **JORGE SOLLA**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

PFC-181/2018 **Do Sr. BACELAR** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, para garantir a destinação de 60% dos precatórios do FUNDEF para o pagamento dos profissionais do magistério.

Relator: Deputado **FERNANDO RODOLFO**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

PFC-187/2018 **Do Sr. ROBERTO DE LUCENA** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, ato de fiscalização e controle com o fito de verificar possíveis irregularidades na utilização de recursos federais destinados ao tratamento de saúde dos povos indígenas da região Bananal do Maranhão.

Relator: Deputado **HILDO ROCHA**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

PFC-197/2018 **Do Sr. HILDO ROCHA** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, procedimento fiscalizatório na gestão de utilização dos repasses financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.

Relator: Deputado **HUGO MOTTA**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

PFC-5/2019 **Do Sr. PATRUS ANANIAS** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), realize ato de fiscalização e controle sobre o Acordo de Assunção de Compromissos, firmado entre o Ministério Público Federal do Estado do Paraná e a Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobrás.

Relator: Deputado **RICARDO BARROS**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

PFC-10/2019 **Do Sr. MARCEL VAN HATTEM** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, ato de fiscalização e controle nos contratos de concessão do Polo Rodoviário de Pelotas.

Relator: Deputado **CARLOS JORDY**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

PFC-15/2019 **Do Sr. EDUARDO DA FONTE** - Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle com vistas a detalhar e justificar o reajuste tarifário concedido pela ANEEL à CELPE.

Relator: Deputado **FERNANDO RODOLFO**.

Relatório Prévio: **pela implementação.**

Relatório Final Aprovado:

PFC-81/2016 **Da Sra. LAURA CARNEIRO** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, inclusive com auxílio do Tribunal de Contas da União, para apuração dos problemas relacionados à sífilis e seu tratamento no Brasil.

Relator: Deputado **HUGO MOTTA**.

Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento.**

- PFC-14/2003** **Do Sr. ZÉ GERALDO** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre os atos praticados pela Prefeitura Municipal de Porto de Moz / PA.
- Relator: Deputado **ALUÍSIO MENDES**.
- Relatório Final: **pelo arquivamento**.
-
- PFC-20/2015** **Do Sr. ALTINEU CÔRTEZ** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, para o Município de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de todos os ministérios, desde 2013 até a presente data.
- Relator: Deputado **ALUÍSIO MENDES**.
- Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento**.
-
- PFC-58/2015** **Do Sr. ALTINEU CÔRTEZ** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e controle na Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), sobre os contratos sob suspeita nos planos de saúde dos empregados.
- Relator: Deputado **FERNANDO RODOLFO**.
- Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento**.
-
- PFC-112/2017** **Do Sr. VITOR VALIM** - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle para apuração da regularidade na aplicação de recursos federais destinados à implantação e ao efetivo funcionamento do Hospital Regional do Sertão Central, em Quixeramobim, no Estado do Ceará.
- Relator: Deputado **JÚNIOR MANO**.
- Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento**.
-
- PFC-86/2016** **Do Sr. WELITON PRADO** - Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e auditoria nos repasses integrais e aplicação dos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Município de Uberlândia, bem como nos repasses integrais e aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), do Sistema Único de Saúde (SUS)/Incentivo a Contratualização e do Programa Interministerial de Reforço à Manutenção dos Hospitais Federais ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU).
- Relator: Deputado **PADRE JOÃO**.
- Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento**.

**PFC-86/2016**

Do Sr. WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e auditoria nos repasses integrais e aplicação dos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Município de Uberlândia, bem como nos repasses integrais e aplicação dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), do Sistema Único de Saúde (SUS)/Incentivo a Contratualização e do Programa Interministerial de Reforço à Manutenção dos Hospitais Federais ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU).

Relator: Deputado **PADRE JOÃO**.

Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento.**

PFC-126/2017

Do Sr. LEO DE BRITO - Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle sobre o desvio de verbas federais da saúde indígena do Estado do Acre, deflagrada na Operação Abaçai.

Relator: Deputado **JORGE SOLLA**.

Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento.**

PFC-62/2018

Da Sra. LAURA CARNEIRO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades em contrato da Casa da Moeda.

Relator: Deputado **HILDO ROCHA**.

Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento.**

PFC-1/2015

Do Sr. LUIZ CARLOS HAULY - Propõe a fiscalização e controle da Secretaria do Tesouro Nacional em relação à liberação dos empréstimos autorizados para Estados e Municípios no período compreendido entre 2007 e 2014

Relator: Deputado **JÚNIOR MANO**.

Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento.**

PFC-76/2009

Do Sr. RONALDO CAIADO - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize e controle os atos praticados com amparo na Lei nº 11.908, de 2009.

Relator: Deputado **JOSÉ NELTO**.

Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento.**

PFC-72/2016

Do Sr. EZEQUIEL TEIXEIRA - Propõe, no âmbito da Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União, ação de fiscalização e controle, no que tange a aplicação de recursos oriundos do Governo Federal no âmbito da administração pública direta e indireta, inclusive dos recursos concedidos pelo BNDES, transferidos ao Governo do Estado para a Execução da Linha 4 do Metrô.

Relator: Deputado **FERNANDO RODOLFO**.

Relatório Final: **pelo encerramento e arquivamento.**

Audiências Públicas

	REQ	Autoria	Assunto	Íntegra da Reunião
09/04	3/2019 18/2019	Hugo Leal Vicente Junior Elias Vaz	A exploração da infraestrutura da Ferrovia Norte-Sul Tramo Central (FNSTC) e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54908
24/04	1/2019, 8/2019 13/2019	José Ricardo Atila Lins Léo Motta	Comparecimento do Sr. Gustavo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional, para expor sobre o andamento do Programa Minha Casa Minha Vida.	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55201
07/05	17/2019	Ricardo Barros	Ações e projetos de informatização e integração de sistemas dos serviços de saúde no Brasil	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55307
16/05	Lei de Responsabilidade Fiscal		Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55370
22/05	16/2019 22/2019	Léo Motta Márcio Labre	Comparecimento da Sra. Damares Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para expor sobre ações da pasta e sobre a compra de um HD externo para a Comissão da Anistia	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55265
03/07	20/2019 e 31/2019	Léo Motta Elias Vaz	Inexecuções contratuais na concessão rodoviária CONCEBRA (BR-060/153/262/ DF/GO/MG)	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55958
14/08	26/2019	Padre João	Contrato de concessão pertencente a Via 040, do grupo INVEPAR	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/56586
10/09	48/2019	Ricardo Barros	Regulamentação de Lojas Francas em Municípios de Faixa de Fronteira	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/57116
08/10	24/2019 e 47/2019	Gilberto Abramo	Política de Preços do Diesel	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/57301
23/10	75/2019 e 76/2019	Márcio Labre	Comparecimento da Sra. Damares Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para expor sobre as ossadas em Perus e pedidos de anistia	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/57302

20/11	101/2019	Jorge Solla	Mudança regulatória da ANEEL sobre energia solar e eólica	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58582
20/11	Lei de Responsabilidade Fiscal Audiência obrigatória		Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58577
26/11	42/2019, 51/2019 e 79/2019	Elias Vaz Silvio Costa Filho Silvia Cristina	Minha Casa Minha Vida e Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/57974
04/12	68/2019	Léo Motta	Situação das Obras de Implantação da Ferrovia Transnordestina	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58800
11/12	94/2019	Padre João	Relicitação da BR 040, trecho Brasília/Juiz de Fora (Via 040, INVEPAR)	https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58878

Ministro do Desenvolvimento Regional apresenta planos da pastas e pede ajuda por orçamento



O ministro do Desenvolvimento Regional apresentou, nesta quarta-feira (24/04), na Câmara dos Deputados, os planos do novo governo para a pasta. Gustavo Canuto, que participou de audiência pública conjunta das comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Desenvolvimento Urbano e; de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, aproveitou a oportunidade para também pedir apoio aos parlamentares com o orçamento do Ministério.

Em detalhada exposição, Gustavo Canuto apresentou os principais projetos do Ministério aos deputados. Promover o desenvolvimento das cidades e reduzir as desigualdades entre as regiões do País seria, segundo o ministro, a missão da pasta. Canuto frisou que o objetivo primordial é “transformar as cidades em espaços mais justos e equilibrados”.

A Operação Carro-Pipa, que leva água a mais de 752 municípios do semiárido e a assistência mais de 2,5 milhões de pessoas foi um dos projetos considerados prioritários pelo ministro. Mas, já neste ponto, Gustavo Canuto começou a demonstrar preocupações com orçamento. “A Operação Carro-Pipa, que dá assistência à população sem qualquer acesso a água, só tem dotação para operar até outubro”, destacou. O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Leo Mota (PSL/MG) também demonstrou preocupação com a segurança hídrica das cidades brasileiras afirmou ter expectativa de que as políticas da pasta possam beneficiar “o povo sofrido do Norte de Minas”.

A falta de recursos orçamentários foi apontada também em relação a quase todos os projetos do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tem, entre as muitas áreas de atuação, a

prevenção, o socorro e a assistência quando da ocorrência de desastres. Problemas ocasionados pelo excesso de chuvas, como em caso de deslizamento de encostas e desmoronamentos, bem como, por exemplo, a tragédia provocada pelo rompimento de uma mina da Vale do Rio Doce, na cidade de Brumadinho/MG são todos tratados no âmbito da pasta.

Questões de saneamento e de mobilidade urbana também são de responsabilidade do Ministério, que toca programas como o Água para Todos, Cidades Inteligentes etc - quase todos apontados por Canuto como carentes de mais recursos, o que poderia ser obtido com o apoio de deputados, por meio de emendas orçamentárias, tanto individuais, como de comissão.

O tema que acabou por se tornar o centro dos debates foi o Minha Casa Minha Vida. Grande parte dos parlamentares presentes à audiência destacaram a necessidade de o governo ter um programa habitacional, para combater esse grave e conhecido problema do Brasil, onde muitas pessoas não têm sequer uma casa para morar.

O ministro Gustavo Canuto reconheceu que o programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida só tem recursos suficientes para ir até junho. A partir de julho, para ser executado, o programa dependerá do aporte de recursos suplementares. “Nós só temos recursos orçamentários para seguir até outubro. Mas, com o contingenciamento, não teremos condições de executar esse orçamento e só chegaremos até junho. A partir de junho, se não houver ampliação do nosso limite, nós estaremos inviabilizados tanto de dar continuidade às obras em execução como aos novos financiamentos”, afirmou o ministro.

Segundo Canuto, já houve um aporte de R\$ 800 milhões, conseguido junto à Casa Civil, para abril, maio e junho. “Foi uma liberação adicional para garantir a execução regular do programa até junho. O aporte permitirá pagar as dívidas. A partir de julho, vai depender muito desta Casa”, reforçou.

O deputado José Nelto (Pode/GO), que foi dos autores do pedido da audiência, solicitou ao ministro que apresente à comissão um projeto de investimento na área de moradia. “O programa tem que voltar. Temos que ter moradia”, defendeu. Ele defendeu ainda a abertura do sistema financeiro a organismos internacionais para realização de empréstimos ao Brasil.

A expectativa do ministro Gustavo Canuto é enviar à Câmara, até 8 de julho, uma proposta de alteração do Minha Casa, Minha Vida. “Não é uma solução simples, não é rápida. Qualquer alteração do programa gera um impacto grande”, admitiu, levando-se em conta o déficit de 7 milhões de moradias no Brasil e as falhas do sistema, como obras paralisadas, ocupações por facções criminosas e conflitos sociais dentro dos condomínios.

Canuto concordou, por outro lado, com a necessidade de firmar parcerias, na busca de novas formas de investimento. “Não temos orçamento e não teremos orçamento no curto prazo. Então, temos de buscar outra forma de fazer.”

Apesar de afirmar que a preocupação do governo federal é o povo, o ministro ponderou que é preciso levar em conta a gravidade da situação fiscal do País. “Os cortes existem em todas as áreas. O programa de habitação foi preservado pela importância que tem. O fato é que não há recurso.”

Os deputados Alex Manente (Cidadania/SP), outro autor de requerimento para realização da audiência, e Léo Motta (PSL/MG), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, se colocaram à disposição para ajudar e estudar o novo modelo de programa que será proposto.

(com Agência Câmara Notícias)

Concessionária de rodovia promete construção de passarela de pedestres em Nova Serrana/MG



O diretor da empresa Concebra, Odenir Sanches, se comprometeu a construir uma passarela de pedestres no trecho do município de Nova Serrana da BR 262, em Minas Gerais. A promessa foi feita nesta quarta-feira (03/07), em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, depois de o presidente da CFFC, dep. Léo Motta (PSL/MG), questionar o que poderia ser feito de imediato para solucionar os diversos problemas que vêm sendo detectados na rodovia.

A CFFC promoveu a audiência desta quarta-feira para discutir as razões da inexecução de vários pontos do contrato de concessão firmado entre a União e a Concebra. O representante do Tribunal de Contas da União, Luiz Urarahy de Souza, afirmou na reunião que dados do TCU apontam para uma taxa de 90% de inexecução do contrato. Outro problema apontado pelo Tribunal foi o reajuste das tarifas de pedágio em índice superior ao da inflação, mesmo sem que a empresa tenha cumprido vários pontos do contrato.

O prefeito de Nova Serrana, Euzébio Lago, apontou diversos problemas apresentados nos 10km da rodovia que cortam o município, como desníveis, falta de sinalização, iluminação, e falta de uma passarela de pedestres. “Fizeram a duplicação, mas esqueceram as pessoas, dos seres humanos”, reclamou o prefeito, que ainda chamou o trecho de “Triângulo da Bermudas”, devido ao grande número de acidentes com perdas de muitas vidas, haja vista a cidade ser cortada ao meio pela estrada.

O representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Marcelo Alcides dos Santos, se comprometeu a intensificar de imediato os trabalhos de fiscalização na região e tomar as providências necessárias em caso de se confirmarem as denúncias. O diretor da Concebra alegou questões contratuais e de caixa, devido a problemas com o financiamento bancário das obras, para justificar a inadimplência contratual da empresa. Questionado pelo presidente Léo Motta, o diretor da Concebra garantiu que a empresa não estava insolvente.

Os deputados presentes à audiência salientaram que é preciso aperfeiçoar a legislação de concessão de rodovias, tendo em vista que os problemas acontecem em muitas estradas do País sob o mesmo modelo de gestão.

De acordo com os parlamentares, o grande prejudicado é o cidadão, que é obrigado a pagar o pedágio e não tem uma estrada em condições de garantir um bom tráfego e de evitar acidentes e perdas de vidas.

Serpro e Receita Federal podem rever normas e taxas de lojas francas de fronteira



Receita Federal e Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) se comprometeram a realizar estudos para verificar as possibilidades de mudanças na regulamentação e na forma de cobrança das taxas de lojas francas de fronteira. Essas foram as duas principais reivindicações feitas por representantes dos 33 municípios brasileiros de fronteira terrestre que, por lei, têm direito a instalar esse tipo de comércio, também conhecido como free shopping.

O encontro entre entes dos governos federal, municipais e também estaduais ocorreu, nessa terça-feira (10/09), em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em Brasília. O deputado Ricardo Barros (PP/PR), que foi autor do requerimento para que a audiência fosse realizada, conduziu as negociações e conseguiu o comprometimento de diálogo entre as partes.

Os representantes dos municípios pedem que o Serpro deixe de cobrar a taxa por emissão de tíquete fiscal por unidade a passe a cobrar a 0,5% do valor da venda. E também pedem que a Receita Federal defina com mais clareza os produtos que podem e os que não podem ser vendidos em lojas francas. De acordo com o contador de Foz de Iguaçu, Derseu de Paula, a Instrução Normativa 1799, que regula o tema, “tem muitos pontos obscuros, e é necessário que haja mais precisão na descrição dos produtos”.

Ficou definido que a Associação Comercial e Industrial de Livramento deve apresentar documento à Receita para formalizar os pedidos. A audiência pública contou com a presença de vários prefeitos dos 33 municípios de fronteira terrestre do Brasil, como, por exemplo, Foz de Iguaçu no Paraná, Santana do Livramento no Rio Grande do Sul e Dionísio Cerqueira de Santa Catarina. Outros problemas levantados, como a revisão de impostos e mudanças na tributação de produtos que têm proteção antidumping, também devem ser avaliados, mas a solução deve demandar mais tempo pois depende de mudanças na legislação federal.

O funcionamento de lojas francas no Brasil está autorizado no País desde 2012, mas a falta de uma regulamentação tem sido colocada como obstáculo por empresários e por prefeituras das cidades fronteiriças para que os negócios possam existir. São 33 cidades autorizadas e somente 4 free shoppings em funcionamento até agora, ressaltou o deputado Ricardo Barros.

As lojas francas de fronteira terrestre são estabelecimentos comerciais que podem ser instalados nas chamadas “cidades-gêmeas”. Assim definidas as cidades brasileiras localizadas na fronteira que façam divisa com cidades de um país vizinho. Os produtos comercializados nestes estabelecimentos estão isentos de impostos federais, e cada viajante pode usufruir desta isenção no limite até US\$ 300 (trezentos dólares) em mercadorias no prazo de 30 dias.

Para o prefeito de Guaíra no Paraná, Heraldo Trento, “é preciso acabar com o desenvolvimento somente do lado lá”. A falta de regulamentação clara e as altas taxas cobradas encarecem os produtos brasileiros e impedem a abertura de negócios nas fronteiras do País. Muitas vezes, produtos nacionais são vendidos a preços mais baratos em lojas das cidades gêmeas de países dos países vizinhos, como, por exemplo, Uruguai e Paraguai.

Ministra Damares Alves anuncia força-tarefa para rever anistia a cabos da Aeronáutica



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados realizou, em 23/10, audiência pública com a presença da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para tratar da anistia concedida a cabos da Aeronáutica. Na audiência, a Ministra anunciou a estruturação de força-tarefa para revisar as anistias e indenizações.

A ministra Damares Alves reforçou que a força-tarefa recebeu autorização para ser realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na semana anterior à audiência. “A gente entende que o Supremo Tribunal Federal fez justiça. Nós vamos rever tudo que aconteceu, com relação aos cabos”, afirmou a ministra Damares Alves, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados.

Segundo o deputado Márcio Labre (PSL/RJ), autor do requerimento da audiência pública, os casos de anistia possuem vários erros e necessitam de averiguação. “A situação apresenta uma série de peculiaridades que precisam ser esclarecidas, a começar pela quantidade surpreendente de solicitações submetidas à Comissão da Anistia e por ela deferidas”, argumenta o parlamentar carioca.

Entenda o caso

A revisão dos pedidos de anistia diz respeito à Portaria nº 1.104, editada no ano de 1964. Por meio da portaria, a Força Aérea Brasileira estabeleceu um limite de oito anos de tempo de serviço militar dos cabos. Após o tempo de trabalho, os militares seriam automaticamente desligados.

A Comissão de Anistia concluiu, em 2002, que a portaria teve como objetivo a perseguição de toda a categoria. A norma acabou editada como motivações “exclusivamente políticas”. Esse entendimento abriu caminho para a concessão de mais de 2.500 pedidos de anistia e pagamentos de indenizações, que podem gerar um gasto estimado de R\$ 43 bilhões de reais nos próximos 10 anos, segundo a Advocacia-Geral da União (AGU).

A partir de 2006, a Advocacia-Geral da União (AGU) mudou o seu entendimento, e passou a defender que a portaria tivesse como objetivo apenas racionalizar o contingente. No ano de 1964, a Aeronáutica possuía quase o mesmo número de cabos (6.339) e soldados (7.661), o que, segundo manifestação da própria instituição, teria ocasionado problemas hierárquicos.

Visitas Técnicas

Foram realizadas duas visitas técnicas, decorrentes de Requerimentos aprovados pelo colegiado: Requerimento nº 28/2019 – de autoria do Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), com objetivo de vistoriar o Porto de Itaqui em São Luís/MA e discutir as possíveis ilegalidades ou irregularidades; e Requerimento nº 70/2019 – de autoria do Deputado Léo Motta (PSL-MG) e de coautoria dos Deputados Gilberto Abramo (PR-B-MG) e Marcel Van Hattem (NOVO-RS), com objetivo de verificar, nos termos do PAFC 2019, o estado das obras no lote 5 da rodovia BR 116/BA (quilômetros 334,23 a 387,41 – próximo a Feira de Santana/BA).

Às 14 horas do dia 04/07/2019, a comitiva integrante da visita técnica, composta pelos Deputados Edilázio Júnior (PSD-MA) e Aluísio Mendes (PODE-MA), pelas equipes técnicas da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, e por representante da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC; foi recepcionada pela diretoria do Porto de Itaqui na sede administrativa do órgão, representada pelo Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, Sr. Ted Lago.

Participaram também do evento os deputados federais Gastão Dias Vieira (PROS-MA), Marreca Filho (PATRIOTA-MA), Zé Carlos (PT-MA) e Márcio Jerry (PCdoB-MA), além de deputados estaduais, secretários de estado do governo do Maranhão e do Procurador Geral do Estado do Maranhão, senhor Rodrigo Maia Rocha. Fizeram-se presentes ainda representantes dos trabalhadores sindicalistas e assessores parlamentares e dos membros do governo do Maranhão. Dos órgãos convidados, notou-se a ausência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, que confirmou presença, mas não compareceu.

Em seguida, foi realizada mesa redonda com os participantes da visita, que se iniciou com uma apresentação de slides pelo Presidente da EMAP, tratando dos números operacionais e financeiros do Porto de Itaqui nos últimos anos, a partir de 2015. Encerrada a apresentação, abriu-se debate entre os participantes sobre as possíveis irregularidades citadas no requerimento e na discussão ocorrida na reunião de sua aprovação.

Os Deputados Edilázio Júnior e Aluísio Mendes questionaram o Presidente do porto sobre transferência de fundos ao tesouro estadual e sobre operações de dragagem do porto, e foram contestados com dados e informações financeiras e operacionais. A questão das transferências de fundos ainda é objeto de investigação em órgãos competentes, e já se encontra na esfera judicial. Quanto às dragagens, a ampliação do calado do porto já foi atestada pela operação de navios que demandaram profundidade maior. Participaram também das argumentações os demais deputados federais e estaduais presentes e ainda o Procurador Geral do Estado do Maranhão.

Ao final dos debates, o Deputado Edilázio Júnior franqueou a palavra aos demais participantes da reunião, que mostraram-se satisfeitos com o debate e com os números apresentados pela administração do Porto de Itaqui. Os deputados federais presentes ainda solicitaram informações complementares ao Presidente da EMAP, que se dispôs a prestá-las. Os trabalhos encerraram-se às 19h com a despedida da comitiva e traslado ao hotel, para posterior ida ao aeroporto em retorno à Brasília em 05/07/2019.



Central de controle operacional do Porto de Itaqui



Deputado Edilázio Júnior conduzindo debates durante a mesa redonda

As obras do Lote 5 da BR-116/BA – referentes ao Contrato SR-05/00878/2014, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o consórcio HAP-PLANEX-CONVAP, com o objeto definido como “Contratação integrada dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras-de-arte especiais do subtrecho rodoviário do Lote 5 da BR-116/BA (entre o km 334,23 e o km 387,41)” – tiveram a execução física, orçamentária e financeira bloqueada, pelo Congresso Nacional, nos termos da deliberação de 13/12/2018 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fisca-

lização (CMO), na qual restou aprovado o Relatório 2/2018-COI.

As irregularidades, identificadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que ensejaram o referido bloqueio físico, orçamentário e financeiro pelo CN foram, em síntese:

- a) Projeto executivo de pavimentação em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório;
- b) Projeto Executivo de geometria em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório;
- c) Projeto executivo de obras complementares e de concepção das passarelas em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório.

As obras em voga, contudo, foram formalmente desbloqueadas pelo CN, ao ser aprovado na CMO o relatório do Deputado Carlos Henrique Gaguim, em 14/08/2018, no qual foram excluídos do Anexo VI da Lei nº 13.808/2019 (LOA/2019) os respectivos programas de trabalho do empreendimento.

Diante do contexto retratado, em atendimento ao Requerimento 70/2019-CFFC, aprovado em 10/7/2019 na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, foi deslocada equipe técnica composta pelo consultor de orçamento e fiscalização, Vinícius Fragoso; pelo servidor da CFFC, Gleisson Abílio Manguera; pelo servidor do TCU, Luiz Fernando Uruhary de Souza; e por servidores do DNIT. Ademais, a comissão de Visita Técnica foi composta, também, pelo Deputado Jorge Sola.

Após deslocamento rodoviário partindo da cidade de Salvador/BA, foi realizada reunião na sede da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, na qual estavam presentes – além dos componentes da equipe de Visita Técnica – agentes políticos da região, como o Sr. Jailson (Prefeito de Santa Bárbara), o Sr. Osnir (Deputado Estadual e ex-Prefeito de Serrinha), o Sr. Gica (ex-Deputado Estadual), entre outros, além de diversos secretários municipais e o representante do consórcio contratado, Sr. Bianchini Pires Lima. Nesta oportunidade, explicitaram-se os motivos que levaram ao bloqueio, bem como a subsequente liberação, da execução das obras, detalharam-se os projetos e esclareceram-se as dúvidas suscitadas pelos presentes.



Realizou-se, então, visita técnica às obras do Lote 5 da BR-116/BA. Nesta oportunidade, constatou-se que está efetivamente em obra um trecho de cerca de 15 km, situado entre o município de Serrinha e o trevo que dá acesso ao município de Lamarão na BR-116/BA. Foi possível verificar, ademais, que parte do trecho em obras, o qual já havia recebido a imprimação asfáltica, já apresenta vegetação aparente, o que poderá significar a necessidade de refazer os serviços.



Além do mais, a equipe de visita técnica se deslocou até o canteiro de obras do responsável, oportunidade em que o representante do consórcio HAP-PLANEX-CONVAP detalhou, em reunião, pontos específicos dos projetos do empreendimento, esclareceu dúvidas remanescentes e apresentou o maquinário envolvido na realização dos trabalhos.



Vale registrar que, embora não haja, atualmente, medidas vigentes que impeçam a continuidade das obras, os trabalhos ainda não foram retomados em razão de não haver dotação orçamentária disponível para empenho em favor da contratada, segundo declinado *in loco* por representantes do DNIT e do consórcio HAP-PLANEX-CONVAP. Seguem dados da execução orçamentária e financeira, do exercício de 2019, referentes à ação (13X7), a qual contempla as obras do Lote 5 da BR-116/BA:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP Secretaria de Orçamento Federal - SOF SEAGE/CGTEC		Execução Orçamentária com Série Histórica				
Detalhamento da Despesa		Dot Inicial*	Dot Atual*	Empenhado	Liquidado*	Pago
Órgão: 39000 - Ministério da Infraestrutura		56.821.285	50.341.285	50.341.285	1.724.086	147.219
Uo: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT		56.821.285	50.341.285	50.341.285	1.724.086	147.219
Programa: 2087 - Transporte Terrestre		56.821.285	50.341.285	50.341.285	1.724.086	147.219
13X7 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA		56.821.285	50.341.285	50.341.285	1.724.086	147.219
0029 - No Estado da Bahia		56.821.285	50.341.285	50.341.285	1.724.086	147.219

Reuniões de Trabalho

O presidente da CFFC, deputado Léo Motta, realizou, ao longo do ano, oito reuniões de trabalho nas quais se tratou, primordialmente, temas da área de infraestrutura. Discutiu-se o andamento das obras da Ferrovia Transnordestina, bem como as inexecuções contratuais das concessionárias Concebra e Grupo Arteris em rodovias estratégicas. As reuniões pautaram-se pela busca de soluções de conflitos de interesse entre as partes envolvidas, para que obras essenciais sob responsabilidade destas concessionárias pudessem ter continuidade. Assim, esses encontros buscavam o entendimento entre as partes com o objetivo de superar eventuais obstáculos que se opunham ao atendimento do interesse público.

Primeiramente, em reunião com Ferrovia Transnordestina, no dia 12 de junho, foi ressaltada a existência de processo na ANTT que poderia resultar em parecer para a caducidade do contrato de concessão do Poder Público com a empresa TLSA. Observa-se que o parecer possui natureza técnica, e a decisão sobre a caducidade, ou não, caberá ao Ministério da Infraestrutura. A proposta apresentada pela TLSA foi a conclusão do trecho operacional da ferrovia até o término do governo Bolsonaro, bem como a entrega dos projetos executivos até julho de 2019.

Já, em relação ao contrato com a Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S/A – Concebra (concernentes à rodovia BR-060/153/262/DF/GO/MG), em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2019, o Gerente de Fiscalização e Controle Operacional de Rodovia, Marcelo Alcides dos Santos, da ANTT, expôs que os contratos tiveram quase a inexecução total, tendo sido concluído apenas o mínimo para cobrança de pedágios. A ANTT apontou, também, que, na terceira etapa, foram aplicadas sanções à concessionária, com possibilidade de caducidade e devolução amigável da concessão. Foi destacado, ainda, que há liminar na justiça a impedir a ANTT de aplicar novas sanções à concessionária, embora já se tenha dado início ao processo administrativo de caducidade na agência reguladora. Previamente, no início do segundo semestre de 2019, o Diretor-Presidente da Concebra, Odenir José Sanches, havia sugerido processo de renegociação contratual, mas informou que, somente em 90 dias, poderia ter uma posição definitiva, uma vez que haveria três circunstâncias a serem consideradas para a tomada de decisão: a primeira se refere ao lapso temporal em que a liminar judicial perde eficácia; a segunda é a abertura de hipótese de arbitragem; e, por último, há a já mencionada situação da caducidade contratual. A ANTT esclareceu que, dentro do processo de caducidade, existe a possibilidade de proposta pela concessionária de um novo ajuste para continuidade do contrato, por meio de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, com a previsão, até mesmo, de reedição do contrato. No entanto, para isso, deveria haver garantias de execução da concessionária. O representante da ANTT e o Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do TCU, Luiz Fernando Ururahy de Souza, acreditam que o melhor seja devolução amigável, caducidade ou relicitação. Foram realizadas três reuniões com a Concebra na sala de reuniões da Presidência da CFFC, em 25 de junho, 10 de julho e 11 de dezembro.

Num terceiro esforço da Presidência da Comissão para a solução de problemas relativos a serviços de infraestrutura, em reunião realizada no dia 10 de julho, foi analisada a obra para acréscimo de quatro agulhas de acesso ao contorno na marginal existente na rodovia no trecho da BR-381 em Betim, na altura do bairro São João, sob responsabilidade da concessionária do grupo Arteris. O representante da ANTT, Marcelo Alcides dos Santos, indicou haver demanda da agência em relação às obrigações da concessionária, incluindo-se a execução da obra sem custos adicionais ao erário e, se possível, de forma a evitar desapropriações durante o processo. A concessionária, representada por Luciano Louzane, diretor de Operações da Concessionária Fernão Dias, e por Antônio Protta, diretor de Relações Institucionais – Arteris S/A, firmou compromisso de atender à demanda com a instalação da obra solicitada, da forma mais ágil possível, respeitando os prazos

dos trâmites internos para consecução dos projetos funcional, básico e executivo. A ANTT se comprometeu a analisar o projeto funcional já apresentado em, no máximo, 10 dias úteis, e se dispôs a propor alterações que permitam maior agilidade nos processos. A Arteris se comprometeu também a apresentar o projeto executivo à ANTT em até 04 meses. Por fim, a ANTT firmou compromisso de analisar o projeto, quando entregue, em até 20 dias úteis. Após este prazo, a Arteris apresentaria cronograma de execução da obra. As obras em Betim estão em andamento.

Foram realizadas outras reuniões com a Arteris – em 11 de setembro, e em 4 e 10 de dezembro –, para também discutir a execução de duas importantes obras na rodovia Fernão Dias dentro do município de Contagem. Nos encontros, a ANTT demonstrou, inicialmente, preocupação quanto à qualidade do projeto a ser apresentado. Além disso, frisou que estes projetos devem passar por controle social e orçamentário. A Arteris definiu o prazo até o dia 30 de novembro de 2019 para protocolo dos projetos executivos. O presidente da CFFC, deputado Léo Motta, frisou que o prazo não atende à expectativa da população e solicitou solução mais ágil, reiterando a importância da execução das obras para a comunidade local. Ressaltou, ainda, que havia uma expectativa de maior presteza nas soluções das demandas apresentadas a partir de compromissos assumidos previamente entre os envolvidos, sugerindo, desta forma, que se buscassem novas alternativas para a solução do problema. Reforçou ainda a necessidade da execução das obras, em caráter de urgência, em face de questões de segurança da via.

Na reunião de 4 de dezembro, o representante da ANTT argumentou que a solução de revisão de tarifa era o caminho mais adequado para que a realização da obra em Contagem ocorresse de forma mais ágil, considerando as etapas preliminares à execução. O presidente da CFFC, deputado Léo Motta, bem como o prefeito de Contagem, Alex de Freitas, demonstraram frustração com o ritmo do trabalho da concessionária para atender à demanda. O presidente da Comissão destacou que os prazos pactuados previamente não foram, novamente, respeitados. O senhor Antônio Protta alegou problemas operacionais que impediram a agilidade desejada na aprovação dos projetos da rodovia, o que foi rebatido pelo presidente da CFFC. O deputado Léo Motta, então, novamente solicitou soluções para que a obra pudesse ser concretizada, conforme os compromissos assumidos. Como resposta, o senhor Antônio Protta reiterou a boa vontade em cumprir esses compromissos. Ficou acordado que seria realizada nova reunião na terça-feira, dia 10 de dezembro de 2019, a fim de que a Arteris apresentasse seu cronograma.

Por fim, no último encontro do ano, o presidente da Concessionária Fernão Dias – Grupo Arteris, Marcelo Afonseca, afirmou que será feito um termo aditivo ao contrato de uma das três empresas mobilizadas para o trecho. Esta solução evitaria contratar nova empresa, diminuindo em dois meses e meio a previsão para início de uma das obras. O deputado Léo Motta sugeriu que fosse feito compromisso perante a comunidade em audiência pública no dia 10 de janeiro de 2020. Em relação aos compromissos firmados em reuniões de trabalho anteriores, foi observada a não-apresentação do projeto executivo junto à ANTT até 30 de novembro de 2019, bem como a ausência de cronograma. O senhor Marcelo Afonseca disse que iria protocolar um dos projetos até 15 de janeiro de 2020, enquanto o outro projeto seria protocolado junto à ANTT no dia 11 de dezembro de 2019, dia seguinte à reunião. O senhor Marcelo Alcides dos Santos garantiu o compromisso do atual Diretor-Geral da ANTT de dar prioridade às obras de Contagem, assim que ambos os projetos forem protocolados para análise, de forma a restabelecer a qualidade no nível de serviço da região. Além disso, prometeu conversar com o Diretor-Geral para que comparecesse à audiência pública em janeiro, para tratar do assunto pessoalmente. Por fim, ficou acordado que a Concessionária iniciaria o processo de contratação tão logo fosse feito o protocolo junto à ANTT, a qual, por sua vez, agilizará a análise dos projetos; e, ainda, que a obra em Betim seria anunciada em audiência pública no dia 10 de janeiro de 2020.

Emendas ao Orçamento

A LOA estabelece os orçamentos da União para o ano seguinte, estimando as receitas e fixando as despesas do Governo Federal. Cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo.

A CFFC aprovou 4 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, PL 22/2019-CN, incrementando ações dos seguintes órgãos: Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Defesa.

Emenda de Apropriação de Despesa nº 1	
Unidade Orçamentária	Secretaria Especial da Receita Federal / Ministério da Economia
Programa	0032/ Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
Ação	2238/ Arrecadação tributária e aduaneira
Descrição	Atividades de controle e fiscalização dos tributos e contribuições federais
Valor	R\$ 20.000.000

Emenda de Apropriação de Despesa nº 2	
Unidade Orçamentária	Administração Direta / Ministério do Desenvolvimento Regional
Programa	2218/ Gestão de Riscos e Desastres (Defesa Civil)
Ação	8348/ Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres
Descrição	Apoio a Obras Emergenciais
Valor	R\$ 100.000.000

Emenda de Apropriação de Despesa nº 3	
Unidade Orçamentária	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar / Ministério da Defesa
Programa	6013 / Oceanos, Zona Costeira e Antártica
Ação	2345/ Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica

Emenda de Apropriação de Despesa nº 4	
Unidade Orçamentária	Administração Direta / Ministério da Justiça e Segurança Pública
Programa	5016 / Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento
Ação	21 BM / Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade
Descrição	Ampliação da infraestrutura de Tecnologia da Informação
Valor	R\$ 50.000.000

Prêmio Transparência



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Câmara premia ações voltadas para a transparência e a fiscalização

A Câmara dos Deputados entregou nesta quinta-feira (21) o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública para duas pessoas e uma instituição homenageadas por ações consideradas destaque na área de transparência e fiscalização na gestão administrativa, patrimonial e de recursos públicos.

Foram agraciados o ex-governador do Amapá e ex-senador, João Alberto Capiberibe; o controlador-geral do município de Contagem (MG), Weber Dias Oliveira; e a organização não-governamental Transparência Brasil.

O prêmio, promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e pela Secretaria da Transparência da Câmara, é concedido anualmente a personalidades, entidades ou órgãos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios por ações na área.

João Alberto Capiberibe é autor do projeto que deu origem à Lei Complementar 131/19, conhecida como Lei da Transparência. A lei estabeleceu prazo de atualização e conteúdo mínimo de receita e despesa que devem ser divulgadas na internet, o que permite a qualquer cidadão fiscalizar a administração pública.

“Este prêmio é bem-vindo em um momento de descrença entre a sociedade e a política. Esse prêmio valoriza a política e, ao valorizar a política, valoriza a democracia”, disse Capiberibe.

Outro agraciado, Weber Dias Oliveira, é controlador-geral do município de Contagem (MG) e responsável pelo Selo de Integridade de Contagem. O selo foi instituído com base na Lei 12.846/19, também conhecida como Lei Anticorrupção.

O prêmio foi atribuído também à ONG Transparência Brasil, representada na entrega pelo diretor-executivo Manoel Galdino. Uma das ações da Transparência Brasil é o Obra Transparente, uma rede de 21 observatórios sociais que atua no monitoramento de obras de escolas e creches financiadas pelo governo federal.

Manoel Galdino homenageou o ex-diretor da entidade, Cláudio Weber Abramo, morto em 2018. “Transparência é fundamental para o Brasil ser mais íntegro, mais desenvolvido e ter o Estado em benefício da população”, disse.

O prêmio foi entregue pelo deputado Léo Motta (PSL-MG), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que parabenizou os agraciados. “Esta comissão tem papel importantíssimo para a fiscalização e controle das coisas públicas e parabeniza os agraciados em nome da população brasileira pelos serviços prestados à causa da transparência”, disse.

Também participou da solenidade o deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP). “Este prêmio favorece o controle dos atos estatais pelos cidadãos”, disse. (Agência Câmara Notícias)



Equipe CFFC/2019

Secretário-Executivo

Leonardo de Paula e Silva
Gabriel Matos de Souza Tenser

Equipe Técnica

Augusto de Carvalho Schuch
Daniel Andrade Resende Maia
Denis Urazato Pereira
Gleisson Abilio Mangureira
Leticia Silva Pires Pimentel

Luiz Fernando Fernandes
Maria do Carmo Menezes de Lucena
Silvério Aureliano de Mello Rios
Tamyres Abdalla Cruz
Ziziane César



The logo for the Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) is centered in a white square with a green border. It features the acronym "CFFC" in large, bold, green capital letters. Above the text is a decorative pattern of green triangles, and below it is a solid blue horizontal bar. The logo is set against a large green arrow pointing to the right, which is part of a larger geometric design of overlapping triangles in various shades of green and blue.

CFFC



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
FINANCEIRA E CONTROLE**